

Defensoria Pública de Minas entrega doações arrecadadas para atingidos pelo incêndio da creche em Janaúba

No dia 5 de outubro, data que marca o terceiro ano do incêndio da creche Gente Inocente, em Janaúba, no Norte do estado, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) fez a entrega das doações arrecadadas na 4ª campanha promovida pela Instituição voltada para as crianças e familiares dos sobreviventes da tragédia.

O defensor público Gustavo Dayrell (*ao lado, à direita*), que atua na comarca e está à frente das ações judiciais e iniciativas extrajudiciais e sociais da DPMG relacionadas ao caso, fez a entrega simbólica dos itens arrecadados ao presidente da Associação das Vítimas da Tragédia em Janaúba (AVTJana), Luis Carlos Batista.

Com a ajuda de parceiros, foram arrecadados 264 cestas básicas, cerca de 100 brinquedos e mais de 70 kits de higiene.



[CONTINUA NA PÁGINA 2](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais lança 5ª edição da sua revista científica

[PÁGINA 4](#)

DPMG e parceiros promovem Casamento Comunitário em Ituiutaba

Iniciativa extrajudicial formalizou a união dos noivos sem cobrança de taxas e emolumentos. O evento respeitou medidas de distanciamento social

AINDA NESTA EDIÇÃO:

> Ações em destaque [PÁGINA 2](#)

> Na mídia [PÁGINAS 2 e 3](#)

> Escola Superior

‘Diálogos com a Desits’ aborda as tendências nos Tribunais Superiores na Execução Penal

[PÁGINAS 4 e 5](#)

> Procedimentos internos [PÁGINA 6](#)



[PÁGINA 2](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

CONTINUAÇÃO DA CAPA: **DPMG em Janaúba**

Atuação da Defensoria de Minas

No final de setembro deste ano, a Justiça de Janaúba concedeu sentença favorável à primeira ação de indenização julgada. A ação de indenização por danos morais foi ajuizada pela Defensoria Pública de Minas Gerais em favor de um pai que perdeu o filho no incêndio, contra a Prefeitura municipal.

Embora caiba recurso, a decisão abre precedentes e define parâmetros para outras vitórias em favor dos familiares das vítimas na esfera judicial.

No total, são 85 famílias atingidas pela tragédia da creche, todas com direito a indenização.

Desde o incêndio, em 2017, a Defensoria Pública de Minas tem acompanhado e trabalhado em defesa dos atingidos e suas famílias, atuando, além da esfera judicial, em três eixos: apuração do episódio; acompanhamento e destinação das doações; e acompanhamento do atendimento médico e psicológico às vítimas e familiares.

Além da permanente atuação extrajudicial, a DPMG tem ajuizado ações individuais e coletivas para indenizações às vítimas e familiares do incêndio, entre elas a ação civil pública interposta contra o município de Janaúba para indenização das vítimas e ações na área de saúde.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais e parceiros promovem Casamento Comunitário em Ituiutaba

Mais 16 casais realizaram o sonho de converter a união estável em casamento civil, por meio do Casamento Comunitário promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).



Desta vez, a iniciativa foi realizada em Ituiutaba, pela Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (Coo-ProC), da DPMG, em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) local, e a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg).

A entrega das certidões aconteceu na quarta-feira (7/10), na unidade da Defensoria Pública na comarca, respeitando todas as medidas de isolamento impostas pelo novo coronavírus.

A defensora pública Priscila Cristiani Voltarelli Bozola, que está à frente da iniciativa pela DPMG em Ituiutaba, explica que o planejamento e a dinâmica do evento foram adaptados em função da pandemia.

[Leia a matéria na íntegra e veja as fotos da cerimônia.](#)



NA MÍDIA

DPMG e Cejusc oficializam uniões no Mutirão de Casamento Comunitário em Ituiutaba

[Pontal Em Foco](#)

Casamento comunitário é realizado na sede da Defensoria Pública em Ituiutaba

[TV Vitoriosa](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas participa de audiência pública para debater regras de visitas em presídios

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou, na quinta-feira (8/10), de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para debater as regras definidas pelo Governo do Estado para as visitas de familiares em unidades prisionais durante o período da pandemia.

No último dia 26 de setembro foram retomadas as visitas presenciais aos presídios, após quase seis meses de suspensão, em virtude da pandemia da Covid-19.

De acordo com a norma estabelecida, só é permitida uma visita a cada 30 dias, uma só pessoa por vez e durante 30 minutos.

A DPMG foi representada pela assessora Institucional da Defensoria-Geral, Emília Eunilce Alcaraz Castilho. Participaram ainda os defensores Maxnei Gonzaga e Rômulo Luis Veloso – também membro do Conselho Penitenciário de Minas Gerais –, ambos em atuação na comarca de Betim.

[Leia aqui a matéria na íntegra](#)

Fotos: Sarah Torres/ALMG



Defensores públicos Maxnei Gonzaga, Rômulo Veloso e Emília Castilho durante a audiência na ALMG



NA MÍDIA

Defensor público detalha atuação da Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência em entrevista à Rádio Justiça

O defensor público mineiro Luís Renato Braga Arêas participou do programa “Revista Justiça”, da Rádio Justiça, na terça-feira (6/10), e falou sobre a criação da Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência entre as Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas de Minas Gerais.

A Rede tem a Defensoria Pública de Minas Gerais como uma das signatárias e é considerada, pelo defensor público, um marco histórico no Direito brasileiro.

[Clique aqui para ouvir a entrevista](#)

MUTIRÃO DIREITO A TER PAI

Mutirão promove reconhecimento de paternidade a 1.000 km de distância

[Portal CNJ](#)

CONSELHEIRO LAFAIETE

Mais 45 famílias mineiras em situação de vulnerabilidade recebem cestas básicas do “Caminho para o Recomeço”

[Portal CNJ](#)



ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais lança 5ª edição da sua revista científica

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da sua Escola Superior (Esdep), lançou a quinta edição da “Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais”.

Esta edição marca a mudança de conteúdo da Revista, que passa a veículo de divulgação exclusiva do saber acadêmico, com necessária repercussão prática para melhoria da atividade das defensoras e defensores públicos.

Conforme explica o editor-chefe da revista, defensor público Cirilo Augusto Vargas, os artigos que compõem a publicação foram selecionados por rigoroso processo editorial. “Abarcam as mais diversas áreas da ciência jurídica e, o mais importante, são provenientes de pessoas que compartilham pontos de vista distintos, fomentando o debate e a pluralidade, elementos que norteiam a atuação da Defensoria Pública mineira”, afirma Cirilo Vargas.

A Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais é um veículo de divulgação do conhecimento científico jurídico, de responsabilidade da Defensoria Pública-Geral, voltado para disseminar pesquisas relacionadas com os objetivos e funções institucionais da Defensoria Pública. Sua missão consiste em fomentar e



divulgar a produção em Direito no Brasil, contribuindo para a construção de uma esfera acadêmica de excelência, plural e democrática.

O foco temático da publicação é marcado pela análise crítica de questões de repercussão no meio social, político, econômico e jurídico e a exposição de diferentes pontos de vista sobre temas que possam contribuir para atenuar a vulnerabilidade de grupos sociais.

[Clique aqui para acessar a versão eletrônica da Revista.](#)

DPMG participa do bate-papo virtual “Protagonismo Literário da Defensoria Pública: Infância e Adolescência em foco”

No dia 13 de outubro, será realizado o evento “Protagonismo Literário da Defensoria Pública: Infância e Adolescência em foco”. O bate-papo é organizado pela Escola Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG), Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

O evento contará com a participação da defensora pública de Minas Gerais, Daniele Bellettato Nesrala, em atuação na Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (Deinj-Cível). Ela vai falar sobre “O Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes”.

O encontro acontecerá pelo Google Meet, às 18 horas (horário de Mato Grosso do Sul), 19 horas (horário de Brasília) e será transmitida ao vivo pelo canal da ES- DP-MS no YouTube.

[Saiba mais](#)

ESDEP INFORMA

Curso “Marco Legal da Primeira Infância”

O Conselho Nacional de Justiça realiza novo curso do “Marco Legal da Primeira Infância”, em formato totalmente online, pelo Moodle. Com 60 horas-aulas, a capacitação ocorrerá entre os dias 19 de outubro a 19 de dezembro. As inscrições são gratuitas e vão até o dia 18 de outubro.

O objetivo do curso é alcançar melhores resultados na realização de atividades voltadas à primeira infância, com profissionais conscientes de suas responsabilidades e aptos a prestar um atendimento humanizado, com qualidade e rigor técnico, buscando propiciar um acolhimento personalizado, com foco na solidificação das bases de formação da criança e sua constituição como indivíduo dotado de especificidades.

[Link de inscrições](#)

ESCOLA SUPERIOR

‘Diálogos com a Desits’ aborda as tendências nos Tribunais Superiores na Execução Penal

O 12º encontro da série “Diálogo com a Desits”, realizado na sexta-feira (9/10), teve como tema “Execução Penal – Tendências nos Tribunais Superiores”. O encontro, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG), contou com a participação das defensoras e defensores públicos da área Criminal.

A reunião foi conduzida pelo defensor público Flávio Wandeck, em atuação no Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores, em Brasília, com a apresentação do tema pelas defensoras Alessa Pagan Veiga e Nádya de Souza Campos, da Defensoria Pública em Uberlândia e da Desits Criminal, respectivamente.

As defensoras apresentaram as principais mudanças promovidas pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), em vigor desde 2 de janeiro de 2020, na área da Execução Penal, e os diversos aspectos que devem ser observados, ainda na primeira instância, enfatizando a necessidade de o defensor esgotar todos os recursos e precedentes possíveis em favor dos assistidos.

Falaram ainda sobre a importância de se traçar estratégias de atuação comuns entre a primeira e segunda instâncias e tribunais superiores para o melhor desempenho do trabalho.

- **A próxima edição do evento será na sexta-feira (16/10), a partir das 14 horas, pela plataforma Microsoft Teams, com o tema da área Cível “Posse e Propriedade”.**

[Mais informações](#)



Núcleo de Atuação da DPMG em Brasília lança 2ª edição do ‘Drops dos Tribunais’

O Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores da DPMG lançou a 2ª edição do boletim informativo “Drops dos Tribunais”, que traz importantes decisões atinentes à atuação da Defensoria Pública nas áreas do Tribunal do Júri e da Saúde.

O “Drops dos Tribunais” é um informativo digital e periódico para divulgação de importantes decisões dos Tribunais Superiores e do TJMG, pertinentes à atuação da DPMG, trazendo também informações acerca do trabalho realizado, em Brasília, pelo Grupo de Atuação Estratégica da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores (GAETS).

[Clique aqui para ler](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Memorando Nº 555/GAB/DPG/2020

Esclarecimentos sobre a Resolução que dispõe sobre a oferta de vagas para remoção voluntária dos Defensores Públicos estáveis em 2020.

[Clique aqui para ler o memorando](#)

[Acesse aqui a Resolução 290/2020](#)

CooProC orienta sobre acesso ao Sistema Integrado de Gestão Prisional (SIGPRI)

A Defensoria Pública formalizou termo de cooperação técnica com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) para compartilhamento de informações do Sistema Integrado de Gestão Prisional (SIGPRI).

O Sistema possibilita acesso ao banco de dados da população custodiada do sistema prisional mineiro, podendo consultar a localização do custodiado, transferências, monitoramento eletrônico, cumprimento de mandados de prisão e alvarás de soltura, entre outros.

Por meio do Memorando Circular nº 05/2020, a Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) fornece informações sobre como os defensores públicos interessados devem proceder para fazer o pedido de acesso ao SIGPRI.

[Leia Memorando Circular nº 05/2020 CooProC /DPMG](#)

VIII CONCURSO PÚBLICO

Dispõe sobre nomeação de candidatos aprovados

[Resolução nº 285/2020](#)

[Resolução nº 292/2020](#)

Constitui Comissão de Recepção dos Aprovados

[Resolução nº 286/2020](#)

Convoca os candidatos nomeados para tomar posse

[Resolução nº 295/2020](#)

SGPSO INFORMA

Prazo para envio de escala de férias encerra-se em 29 de outubro

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO) alerta que, nos termos da Deliberação n. 047/2013, termina no dia 29 de outubro o prazo para o registro no Sistema de Gerenciamento de Férias, das solicitações de férias regulamentares (escala de férias) para o primeiro semestre de 2021.

Procedimento de coleta de dados para a confecção da Carteira Funcional do Defensor Público

[Resolução nº 288/2020](#)